



Por uma História Política da Economia Escravista

Ubiratan Castro de Araújo*

Tomando como referência uma Nova História Política, que busca através "O Político" - o "carrefour" onde se entrecruzam e se condensam as mais variadas relações sociais - a percepção do movimento global das sociedades, empreende-se a reconstituição do entrelaçamento dos interesses dos diversos grupos, secções e classes de uma Bahia escravista do sé-

culo XIX, que resultou não apenas na reafirmação da escravidão como instituição, mas, também, na formulação e implementação, por parte de uma elite açucareira baiana, de uma verdadeira política de subdesenvolvimento.

Para além da Polis

Em um tempo de transformações aceleradas, fica evidente que importantes mudanças de rumo na economia são objeto de negociações estabelecidas entre os mais diversos grupos componentes de uma sociedade. Este seria um processo de uma mais acentuada politização da economia nas sociedades contemporâneas. Como defini-lo? Para além das políticas de governo e dos mecanismos de intervenção estatal, componentes indispensáveis do processo de acumulação de capital, emerge um espaço social mais amplo do que a "polis", onde manifestam-se os mais variados interesses e projetos particulares, onde eles se confrontam e onde se estabelecem convenções que terminam por compor uma malha complexa

* Professor do Departamento e do Mestrado em História da Universidade Federal da Bahia. A primeira versão deste texto foi apresentada no 1º Congresso de História Económica do Brasil, realizado em setembro de 1993, na Universidade de São Paulo. O autor agradece a leitura crítica do professor João Reis.

de pontos de equilíbrio entre os grupos das mais variadas naturezas.

A existência desse domínio mais amplo, onde a política está disseminada, faz com que o Estado, tomado em seu sentido estrito de aparelho burocrático, tenda cada vez mais a incorporá-la em um espaço controlado e normatizado das instituições. É também próprio a esse processo de alargamento do político as investidas dos dirigentes do aparelho de estado, tentando colocar-se na posição de promotores, de demandantes e de árbitros de grandes acordos ou dos pactos ditos sociais.

Também no tempo presente estamos assistindo o alargamento desse campo político, através de processos de consulta direta à população sobre grandes diretrizes de política econômica brasileira. Hoje, 1994, no Brasil, a campanha para as eleições presidenciais tende a se transformar em uma grande consulta sobre a estabilização econômica.

Olhando também para a experiência européia, impossível não ver o monumental processo plebiscitário sobre a construção de uma economia da Europa confederai, seja através a consulta formal em todos os países membros da comunidade, seja através da

manifestação, por vezes violenta, de várias classes contra os novos termos de uma divisão internacional do trabalho que se quer convencionar.

Por mais óbvio que possa parecer, o confronto de classes historicamente bem definidas - com uma inserção nacional específica, com uma conformação cultural particular - ocorre em conjunturas sujeitas a todos os condicionamentos e vicissitudes de variadas naturezas. A imprevisibilidade e a incontrolabilidade desses fatores são mais que evidentes. Por exemplo, durante a última mudança de presidente no Brasil, as repentinas mudanças da correlação de forças entre classes em decorrência também de incidentes construídos e/ou amplificados pelos órgãos de comunicação, terminaram certamente por alterar os rumos de uma política econômica. Incidentes eventuais como as guerras e as catástrofes naturais, não podem ser igualmente desprezados: o impacto do acidente de Chernobyl sobre a população da ex-União Soviética e o trauma da derrota nas Malvinas para os argentinos.

Nesses quadros particulares de engajamento, esses grupos, secções e classes, não apenas "portadores de estruturas", atuam como os agentes formuladores e decisores da política em geral e da po-

lítica econômica em particular. Assim, esse espaço político alargado, não seria um mero reflexo da infra-estrutura econômica, subordinado à sua racionalidade, mas um espaço onde se articulam diversas ordens de tendências. Hoje, no Brasil e no mundo, os economistas nunca foram tão políticos, e os políticos nunca foram tão economistas.

Uma tal revelação do presente constitui-se em apelo irresistível ao jogo retroativo com o passado, tal como nos propõe Edgard Morin, no qual o conhecimento do passado contribui para o conhecimento do presente, mas também as experiências do presente contribuem para o conhecimento do passado, e assim o transformam (Morin, 1981, p. 320). Mas ousar violar o lacre da absoluta inviolabilidade da economia, quem há-de? Com que olhos reler esta sincera profissão de fé de Pierre Vilar de que a economia está acima e fora do alcance das forças do homem?:

"...o homem sempre tentou dominar as condições econômicas; mas até hoje ("os planejamentos" são ainda incertos) ele não dominou a economia. Portanto, não se deve atribuir a um homem ou a um governo resultados que os ultrapassam" (Vilar, 1980, p. 54).

Como pensar que homens,

que grupos de homens, que classes em conflito tenham podido alterar o curso do mundo sem fazê-lo, tal como os médiuns no espiritismo, na condição de simples força vital, de mão cega dirigida pela racionalidade transcendente que os incorpora ?

Uma segmentação apenas metodológica "do econômico" terminou por constituir esta concepção sobrenatural, ou pelo menos sobrehumana do econômico, definido como infra-estrutural determinante do todo social. Rehumanizar o econômico é acima de tudo, recolocá-lo em seu lugar, como uma atividade social, parte da realidade social e integrado na dinâmica do seu conjunto. Assim como qualquer outra instância do real, ele é gerido por homens organizados em grupos, seções e classes, o que termina por cristalizar micro-relações de poder em cada uma das atividades ou setores econômicos considerados particularmente, como também macro relações de poder no que diz respeito à gestão da economia como um todo. Aí encontraríamos então "o político" na economia.

A redescoberta desse "político" disseminado em todas as instâncias do real tem sido um dos fatores responsáveis pelo impulso renovador de uma História Política que, desembaraçada do seu se-

cular ranço factual, busca hoje ocupar o lugar de uma "science carrefour" no dizer de René Remond, largamente pluridisciplinar e, portanto, atenta a todas as novas fontes de informação, aos novos métodos e às novas técnicas de pesquisa.

Mas não para aí a ambição desta História Política renovada. Ela reivindica para si uma vocação globalizante. É o próprio René Remond quem afirma :

Nada seria tão mais contrário à compreensão do político e de sua natureza do que representá-lo isoladamente: ele não tem fronteiras e se comunica com a maior parte dos outros domínios. Do mesmo modo, os historiadores do político não seriam capazes de isolar-se e cultivar o seu jardim secreto, longe das grandes correntes que atravessam a História. A História Política inscreve-se forçosamente em uma perspectiva global em que o político é um ponto de condensação. " (Remond, 1988, p. 382)

Em um momento de mudança de paradigmas nas Ciências Sociais, René Remond reivindica também para "o político" a posição de centralidade em relação às demais instâncias da vida social, contrapondo-se explicitamente à centralidade anteriormente ocupa-

da pelo "econômico".

"Porque o político é o lugar de gestão da sociedade global, ele comanda em parte as outras atividades; ele define o estatuto e o funcionamento delas. A lei autoriza ou proíbe, encoraja ou entristece. Os créditos públicos incentivam, apoiam, favorecem. A decisão política pode criar situações inteiramente novas que abrem o campo para todo tipo de atividades: a aprovação do plano Schuman modificou profundamente a situação da siderurgia francesa. " (Remond, 1988, p. 384)

Esta nova História Política que se pretende paradigmática, é marcada profundamente por uma vocação de história do tempo presente e de um passado dele muito próximo, onde a busca do político disseminado na sociedade e do político centralizado no estado se dá em sociedades do tipo moderno, cujas estruturas são bastante aproximadas das sociedades contemporâneas. Esta mesma História Política seria viável a propósito de sociedades do tipo "ancien regime" ?

Esse problema se coloca claramente no estudo de uma sociedade escravista, onde o esmagamento da maioria dos homens em uma economia do chicote, os faz parecer apenas força bruta, força de trabalho em estado natural, in-

capazes portanto de sequer pensar, quanto mais de agir e de transformar a realidade. É aliás urgente evitar que uma visão exclusivamente economicista da escravidão coloque-nos em uma posição convergente com as percepções dos mais lídimos defensores da escravidão no passado, como o racista consul francês na Bahia Jacques Guinebaud. Ele considerava os escravos absolutamente incapazes de qualquer reflexão ou ação política inteligente, excessivamente embrutecidos que eram para os misteres mais elementares da conspiração e da rebelião.

Em seu despacho de 24 de dezembro de 1828, relatando a repressão à revolta de escravos em alguns engenhos de Santo Amaro, no Recôncavo Baiano, dizia o cônsul Jacques Guinebaud:

"O plano da rebelião foi concebido abrangendo uma circunscrição mais vasta do que de ordinário. Os meios a serem utilizados eram o incêndio dos engenhos e o assassinato dos brancos. O objetivo era muito vago e tal como se pode esperar de negros estúpidos, entre os quais alguns acreditam poder voltar ao seu país (a África) por terra e outros são incapazes de estender seus cálculos além das duas combinações primitivas: o porrête e a

fuga. " (Ministère des Affaires Etrangères. Correspondance consulaire et commerciale. Consulat de Bahia. Vol. 2, fol. 211).

Do campo teórico da Ciência Política se nos levanta uma barreira tão mais sutil quanto eficaz, posto que reduz o espaço do político no Brasil do século XIX ao jogo elegante entre o rei e seus barões, os de dentro da "polis", os únicos homens que podiam exercer a magistratura. Revivemos pois a milenar concepção aristotélica, pela qual apenas se viam como verdadeiros cidadãos, os "homens políticos", aqueles que eram soberanos e que tinham a faculdade de agir soberanamente, na gestão dos negócios comuns (Aristóteles, 1990, p. 228). Aos de fora, simples "demos", restava exprimir coletivamente a sua insatisfação, resultante das péssimas condições materiais de vida, mediante revoltas e outros atos de desordem. Reprimidos, governados, excluídos e bestializados, barrados no último baile do Império, estavam expulsos também todos do território da História Política. (Carvalho, 1990, p. 228).

O espaço de decisões no século XIX estaria assim limitado ao Conselho de Estado, à Assembléia Geral, às Assembléias Provinciais e, principalmente, à burocracia im-

perial. Nesse "intra-muros", as grandes questões sobre economia e sociedade, como a questão fundiária, a escravidão e o modelo econômico, teriam sido pensadas e decididas. Os "outros", os de fora, nada tiveram a dizer a respeito? Acaso nem tentaram exprimir-se, autonomamente ou mesmo através de canais de subordinação já estabelecidos?

A Voz do Povo

A experiência do passado na Bahia não autoriza uma concepção tão restritiva do político. A análise de uma longa conjuntura que vai de 1798, quando é reprimida a chamada Conspiração dos Alfaiates, até 1838, quando é esmagada a revolução federalista dita "A Sabinada", demonstra a complexa rede de articulações na qual são tecidos os vários levantes e rebeliões.

Ver também é uma questão de jeito de olhar. As revoluções são momentos geradores do conhecimento histórico, posto que fazem emergir em toda a sua abrangência e em toda a sua crueza a totalidade do vivido (Bourde e Martin, 1983, p. 162-163). Jules Michelet experimentou uma dessas revelações durante a Revolução de Julho de 1830.

que o fez antever, pela primeira vez, uma teia complexa de relações de uma sociedade francesa em crise (Ehrard e Palmade. 1965, p. 261).

Graças a essa experiência ele pode dar o primeiro passo de dentro de um espaço social restrito aos "notáveis" para fora, na direção do conjunto da sociedade. Assim pôde ele empreender a superação do simples relato como forma de percepção do passado, substituindo-o pela tentativa de reconstrução de uma totalidade vivenciada no passado .

A primeira das revoluções baianas, a dos Alfaiates, é também exemplo de um desses clarões reveladores. Uma revolução liberal abortada? Uma revolução popular negro-mulata? Uma simples insubordinação militar? Nenhuma das versões elaboradas desta revolução pode desconhecer o clima de intensa mobilização política permeando os vários segmentos de uma sociedade urbana em crise .

No primeiro aviso colado em lugares públicos na manhã do dia 12 de agosto de 1798. os revolucionários apresentam-se ao Povo Bahiense como 676 seguidores do Partido da Liberdade: 34 Oficiais de Linha; 54 Oficiais de Milícias; 11 Homens graduados em postos e cargos; 46 inferiores de linha; 34

inferiores de Milícias; 107 soldados de linha; 233 soldados de Milícias; 13 Homens graduados em Lei; 20 Homens do comum; 8 Homens do comércio; 8 Frades bentos; 14 Franciscanos; 3 Barbadinhos; 14 Terésios; 48 Clérigos; 8 Familiares do Santo Ofício (Accioli, 1931, p. 106). Os autos da devassa revelam, por seu turno um espectro bem mais amplo de segmentos sociais perpassados pela articulação política dos revoltosos. Muitos são os negros e mulatos, do campo e da cidade.

Naquele momento, os homens do povo não pensaram apenas no preço da farinha e no pagamento de soldos atrasados. Eles tinham fome e sede de igualdade, aspiravam a construção de uma nova pátria mais fraterna. Eles pensavam também na destruição de um sistema colonial exclusivista. No 9º Aviso revolucionário protestavam contra:

"os muitos e repetidos Latrocínios feitos com os títulos de imposturas, tributos e direitos que são cobrados por ordem da Rainha de Lisboa", ao tempo em que comunicavam ao "Poderoso e Magnífico Povo Bahinense Republicano" que serão tomadas medidas imediatas "para o progresso do comércio do Açúcar, Tabaco e pau brasil e todos os mais

gêneros de negócios e mais vires, contanto que aqui virão todos os Estrangeiros tendo Porto aberto, mormente à Nação Francesa" (Accioli, 1931, p. HO).

' Proclamavam assim a necessidade de uma primeira medida concreta de descolonização - a abertura dos portos ao comércio com países estrangeiros, a qual só seria encaminhada posteriormente ao rei de Portugal pelas elites baianas, em 1808.

Mais uma vez repetimos: nem só no estômago pensava o povo da Bahia. Em 1798, os papéis sediciosos falavam em igualdade e em república. Em 1823, populares vitoriosos da guerra de Independência pensavam em constituir uma pátria nova que, além de independente, fosse capaz de incluir todos os homens livres e não apenas os "notáveis". Varias outras questões políticas globais foram objeto das reivindicações populares, tais como a forma de governo, a forma do estado e o regime político. A questão da autonomia regional foi mesmo capaz de soldar uma aliança entre os traficantes de escravos como o Hygino Pires Gomes e os escravos crioulos do Batalhão dos Libertos da Pátria em 1837.

Ao longo desta conjuntura (1798/1838), a rebelde cidade do

Salvador experimentou várias ondas de revoltas: a guerra da Independência, que criou as condições para os vários motins populares, fugas de escravos e raids de grupos de soldados desertores; as várias revoltas africanas, que culminaram com o levante dos Malês em 1835; a série de revoluções federalistas, dentre as quais a mais expressiva foi a Sabinada em 1837/38.

Desta cronologia depreendem-se duas linhas de reflexões. A primeira diz respeito à comunicação política e mesmo à articulação entre os segmentos mais diversos de uma sociedade urbana. A segunda refere-se à construção de projetos alternativos que refletem a capacidade de formulação de propostas políticas concretas por parte de todos aqueles a quem se nega habitualmente um papel ativo na História.

A Vitória da Escravidão

Além das questões específicas, houve uma verdadeira gestação de vários projetos econômicos alternativos que terminaram sendo objeto do afrontamento das classes. A historiografia baiana tradicional consagra uma versão pela qual uma elite ilustrada haveria conduzido racionalmente um projeto de

modernização da economia açucareira. Somente os Rodrigues de Brito e os Caldeira Brandt Pontes teriam sido capazes de pensar a economia regional e agir sobre ela. Os outros, os de fora da "polis", teriam sido incapazes de oferecer qualquer projeto capaz de constituir uma alternativa à crise da economia colonial.

É muito comum entre os historiadores considerar as reivindicações e as idéias veiculadas pelos movimentos populares apenas no limite das questões mais imediatas ligadas à condição material das camadas populares, sem no entanto atingir um grau de formulação mais global e crítico da sociedade, capaz de alimentar alianças permanentes com os demais segmentos da sociedade.

É verdade que nenhum dos movimentos com apoio popular conseguiu formular um projeto econômico completo para a Bahia. No entanto, ao longo de todas estas revoltas, é possível recompor uma pauta de reivindicações que configuram uma espécie de programa de caráter urbano e popular, alternativo ao modelo "escravidão - império - açúcar". Os quatro itens mais visíveis são: autonomia política da província, a emancipação dos escravos, a diversificação da economia de exportação e a aber-

tura da fronteira para a pequena propriedade.

Três desses itens de pauta diziam respeito diretamente a um modelo econômico dissidente. O primeiro item, a emancipação dos escravos, foi objeto de um tratamento descontínuo e hesitante dos movimentos populares baianos da primeira metade do século XIX. Em nenhum momento houve qualquer formulação de um projeto de abolição generalizada do regime de trabalho escravo.

Os dois projetos mais conhecidos, e que deixaram marcas no posterior abolicionismo baiano, foram o projeto de emancipação gradual elaborado por José Bonifácio de Andrada e Silva durante o período de funcionamento da Assembleia Constituinte - e que aliás jamais chegou a ser apresentado (Andrade e Silva, 1825), e o projeto do Francisco Gê Acayaba Montezuma, o Visconde de Jequitinhonha - homem de cor e um dos mais radicais líderes da Independência na Bahia - formulado somente em 1865. Este também era um projeto de liberação a prazo, pois estipulava a liberação dentro de dez anos dos escravos maiores de 25 e a abolição total dentro de 15 anos (Duque Estrada, 1918, p. 44).

Os segmentos que, em tese, eram os mais interessados na abolição da escravidão - escravos, libertos e população de cor - ao se manifestarem nas várias rebeliões e motins não formularam um projeto unificado de abolição. Grupos de escravos colocaram separadamente na "mesa de negociações" a questão da abolição da escravidão (Reis, 1989). Nestas oportunidades, cada um deles formulou a demanda da "sua" liberação e nunca a da liberação generalizada. Mesmo os Malês, que articularam explicitamente um projeto social africano para a cidade do Salvador, não falaram em abolição geral da escravidão, mas em liberação do "seu povo", os crentes do Islã e daqueles que se chegassem a eles. Em alguns depoimentos no inquérito policial falou-se até em um projeto de escravização dos mulatos. Diante de tal evidência, o historiador apaixonado pelos seus interlocutores do passado corre em defesa dos seus "bravos Malês" exclamando: "Afinal, qual o escravo que nunca desejou ser senhor?" (Reis, 1986, p. 149).

No entanto, a falta de um programa dentro das normas da arte política e da retórica da época não obscurece a evidência de que estes movimentos múltiplos e

descoordenados exerceram uma fortíssima pressão para dentro da "polis", cujo resultado foi a contestação da instituição servil, em um momento constitutivo do estado nacional brasileiro.

A manutenção da escravidão não foi, assim, uma decorrência natural da preservação de uma estrutura produtiva centrada na agro-indústria exportadora, mas justamente o inverso. A capacidade de reimposição da escravidão no Brasil por parte de uma classe açucareira, foi o elemento decisivo para a sobrevivência do engenho de açúcar e de seus barões.

Assumindo as principais tarefas políticas da conservação de uma estrutura econômica fundada sobre a escravidão, esta classe assegurou para si o apoio dos variados segmentos interessados na escravidão. Para tanto, desenvolveu-se uma "política da escravidão", que não se limitou apenas à repressão das revoltas africanas e ao esmagamento das rebeliões populares com participação de escravos e libertos crioulos. Essa política desenvolveu-se também para a continuação do tráfico clandestino de escravos africanos do Golfo de Benin, mediante um conjunto de ações visando o amortecimento da pressão inglesa e pela adoção de

medidas formais, "para inglês ver", restritivas a este tráfico.

No front interno, o direito de traficar escravos transformou-se mesmo em uma afirmação de soberania nacional, mobilizando a "polis" contra os imperialistas ingleses, ao tempo em que a perseverança no contrabando evitava a ruptura do fornecimento para o mercado local de escravos, o que continuou permitir que segmentos os mais variados de homens livres, mesmo pobres, mesmo de cor pudessem dispor da mão de obra escrava (Mattoso. 1982, p.75-77).

As elites baianas conseguiram também alargar sua base de apoio pela adesão ativa de grupos cada vez mais numerosos de pessoas interessadas e beneficiárias de uma economia da escravidão que se espalhou pelo interior da Província, em todas as regiões, a partir de 1840 (Araujo, 1992). Assim, até as vésperas da Abolição, a causa da escravidão tinha os seus adeptos distribuídos nos vários segmentos da sociedade baiana e nas várias regiões da Província, o que autoriza-nos a afirmar, sem risco de exagero, que a Bahia foi uma das sociedades regionais brasileiras onde a escravidão foi mais persistente e generalizada. Este fenômeno constituiu-se em uma parti-

cularidade , que contrastava com uma realidade nacional onde, na maioria das províncias do Império, onde registrava-se uma tendência ao estreitamento da base social de apoio à escravidão pela diminuição progressiva do número de senhores de escravos e sua concentração em algumas atividades econômicas bem definidas (Conrad. 1978).

A generalização da escravidão foi a moeda com que os principais interessados na manutenção do trabalho servil, os senhores de engenho e os plantadores de cana, negociaram com vários outros segmentos da sociedade local, com ou sem voz dentro da "polis", a sobrevivência de uma economia agro-exportadora centralizada na economia açucareira. De uma certa forma, a escravidão foi o dom cujo contra-dom foi o apoio político que permitiu aos senhores de açúcar o controle do aparelho de estado na Província, a partir de onde puderam desenvolver uma política de salvação da economia açucareira. Ou seja, para viabilizar o seu interesse particular de classe, eles tiveram que se encarregar da viabilização de um projeto mais global, a escravidão . (Polanyi. 1980. p. 155-157).

Uma Política de Subdesenvolvimento

Mais do que qualquer inova-

ção incorporada na produção açucareira, foi na utilização do trabalho escravo que os homens do açúcar buscaram a redução ao extremo dos custos de produção de um açúcar baiano de má qualidade. Quem melhor expressa a profunda convicção dos senhores de engenho baianos c Francisco Adolpho Varnhagen:

"A América não pode metter-se a querer competir com a Europa em detalhes de refino. Estarei em erro; mas por ora sou de opinião que se o Brazil proceder nesta indústria (o açúcar) como fez com a do caffè, procurando produzir antes muitíssimo inferior, que um pouco menos, um tanto melhor, os seus assucares, embora menos alvos, matarão com o tempo (em virtude da grande diferença nos preços) todos os outros por mais refinados que saiam dos engenhos. "(Varnhagen, 1863, p. 14).

Muito diferentemente do perfil de uma elite ilustrada e modernizadora, os donos do açúcar na Bahia perseveraram no conservadorismo em termos de incorporação de inovações técnicas e organizacionais nos seus engenhos. Houve iniciativas pioneiras no tempo do Conde dos Arcos que terminaram por introduzir algumas inovações, principalmente no que diz respeito à economia de combustível nos engenhos de açúcar. No entanto, a generalização do va-

por nos engenhos é ainda extremamente problemática em 1854, quando estes engenhos apresentaram um desempenho econômico apenas medíocre, segundo o diagnóstico feito pelo Governo Provincial. Em uma amostragem de 5 paróquias do Recôncavo constatou-se que a produção média anual de açúcar por engenho a vapor atingia cerca de 5.500 arrobas, ao tempo em que a média anual dos engenhos movidos a animais atingia 6.970 arrobas. (Araujo, 1992, p.501-508).

A crise crônica do açúcar baiano, que se estendeu por todo o século XIX, ilustra-se também pela sua literal expulsão do mercado externo, esmagado pela produção açucareira Antilhana e Asiática e, principalmente, pela expansão espetacular da indústria açucareira européia de beterraba.

Não apenas nas quantidades decrescentes exportadas a partir da marca dos 50 refletiu-se este quadro de marasmo, mas também na baixa produtividade do trabalho na agro-indústria açucareira relativamente às áreas concorrentes. Uma comissão nomeada pela Presidência da Província em 1852 concluiu que na Bahia, um escravo ativo, dirigido por um feitor competente, produzia cerca de 100 a 120 arrobas de açúcar. Nos Estados Unidos e em Cuba, a produção de cada trabalhador chegava a 300 e 400

arrobas. Constataram também que as médias dos resultados anuais obtidos pelo trabalho na agro-indústria da beterraba eram ainda mais elevados: 600 arrobas por trabalhador. (Araujo, 1992, p.498).

As alternativas que se manifestavam nos limites de um modelo agro-exportador centrado no açúcar, apontavam todas na direção da transformação do engenho em engenho central e deste em usina. O que se anunciava como virtualidade deste percurso era o controle cada vez maior desta agro-indústria pelas casas comerciais, financiadoras do dia a dia, e pelas grandes empresas européias exportadoras de equipamentos para fábricas de açúcar. A antevisão do fim deste processo, a inexorável destruição do pólo dinâmico da economia baiana - o engenho de açúcar - em torno do qual gravitavam todas as atividades econômicas, e a conseqüente perda do prestígio social e da capacidade de exercício do poder político, está na base de toda uma política de conservação de um sistema econômico regional, que se coloca na contra-corrente de todas as transformações ditadas pela expansão de um mercado mundial.

Em 1857, as elites açucareiras estiveram colocadas diante desta virtualidade. No seguimento de uma série de iniciativas que produ-

ziram uma avaliação da agro-indústria açucareira, o presidente da Província da Bahia João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, através de representantes em Paris, Pedro d'Alcântara Lisboa e Francisco Muniz Barreto de Aragão, estabeleceu negociações com vários fabricantes europeus de equipamentos para fábricas de açúcar, visando a importação do necessário para a instalação de uma fazenda modelo, subsidiada pelo governo provincial, a partir da qual se pretendia difundir as novas técnicas de produção do açúcar entre os senhores de engenho. Os contatos chegaram a um estágio mais avançado com a companhia Carl, Halot & Cie de Bruxelas, grandes fornecedores dos engenhos das Antilhas Francesas. (Araujo, 1992, p.510-514).

Desde os primeiros orçamentos apresentados pela companhia belga ficou evidente que os senhores de engenho, e mesmo quaisquer outros negociantes ou capitalistas baianos, seriam incapazes de financiar esta operação. Da compra de equipamentos a negociação evoluiu rapidamente para o financiamento belga dessas importações. Chegou-se mesmo a esboçar o projeto de criação da Sociedade Industrial Agrícola, um verdadeiro banco de crédito rural, capaz de financiar a compra de equipamentos pelos senhores de enge-

nho. Este empreendimento teria a participação de Carl & Cie e gozaria, durante 10 anos, de uma subvenção governamental correspondente a 5% do capital investido. Pedía-se também uma redução adicional de 2% sobre os direitos de exportação de todo açúcar exportado que fosse produzido em engenhos importadores destes equipamentos.

Em 1857, o correspondente parisiense do governo provincial da Bahia escrevia desesperado:

"A iniciação do ano passado e minha insistência hoje, na organização dessa instituição de crédito, baseadas na convicção que tenho de não ser possível obter, da companhia Carl & Cie avanços mediante longa amortização, nem mesmo com a garantia geral ou provincial do governo do Brasil, não obstante o grande crédito de que goza o crédito financeiro do Brazil." Arquivo Público do Estado da Bahia. Arquivo Colonial e Provincial. Maço 4602. 1857 (Araujo, 1992, p. 513)

Queriam os belgas garantias reais, mui especialmente a hipoteca de engenhos e terras de cana dos clientes a serem assistidos por essa Sociedade Industrial Agrícola. Isso não queriam os baianos, acostumados tradicionalmente a dar como garantia de suas opera-

ções financeiras as safras e os escravos, e mui justamente atemorizados diante da perspectiva de uma nova colonização estrangeira na forma de um rígido controle da produção açucareira e de desapropriação em larga escala de senhores de engenho endividados. Afinal, não era essa a experiência que estava sendo vivida pela economia fumageira baiana, onde o controle exercido pelas companhias hamburguesas e bremenenses sobre o comércio e indústria do fumo era total?

Se a conservação da escravidão a todo preço tinha sido a diretriz central de uma política de sustentação do açúcar até 1851, perdidas enfim todas as veleidades modernizadoras em favor da preservação do açúcar de cada dia, os senhores de engenho passaram a articular as sucessivas políticas de salvação do açúcar. Elas foram as responsáveis por uma radical mudança na estrutura política e administrativa da Província. Até aquele momento, a administração provincial não passava de um pálido reflexo de um poder real exercido pelos senhores de engenho, reduzida à triste condição de uma administração corrompida a serviço dos traficantes de escravos. De repente, esta instância político-administrativa passou a ser chamada a desempenhar um papel de coordenação do socorro público em favor de um mundo açucareiro

todo-poderoso, mas doente crônico.

De 1851 a 1889, a administração geral do Império e a administração provincial baiana empreenderam uma série de ações voltadas para o socorro do açúcar, considerada "a grande lavoura", com os recursos captados, principalmente através um mecanismo de favorecimento fiscal (Araujo, 1992, p.516), em outras lavouras de exportação que se desenvolveram no interior da Província apesar de todas as restrições contra elas levantadas pelos representantes do mundo açucareiro (Araujo, p. 451-454). Esse protecionismo açucareiro não era aliás uma exclusividade brasileira ou baiana, pois os países europeus colocaram também em prática medidas protecionistas para os seus açúcares coloniais e "indígenas" - os de beterraba. Mesmo na Inglaterra, onde finalmente venceu o livre-cambismo, os açúcares originários do Império Britânico foram durante muito tempo beneficiários das restrições impostas à importação originária de países que mantinham a escravidão.

A união indissociável entre o açúcar e a administração imperial constituiu a Bahia do século XIX. Assim pensavam os barões do açúcar baianos. Enquanto, em 1878, as classes açucareiras do Sul do País se reuniam no Congresso

Agrícola do Rio de Janeiro e as do Nordeste reuniam-se no Congresso Agrícola do Recife para convencionarem suas políticas, uma elite açucareira baiana contentava-se com o espaço protegido do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, qual uma academia científica, de onde se lançavam para a grande aventura de criação, instalação, e desenvolvimento da primeira escola superior de agronomia - a Escola Agrícola da Bahia - pela qual esperavam combater a mentalidade retrógrada da maioria dos senhores de engenho, formando assim uma nova elite capaz de gerir com mais eficiência a agro-indústria açucareira. (Tourinho, 1982).

A capacidade de resistência desse modelo conservador só foi finalmente anulada por força de uma revolução política (Saes, 1985) - a República - que impediu a chantagem da indenização das perdas dos ex - proprietários de escravos pela lei de Abolição do 13 de Maio, pela qual os açucareiros baianos esperavam viabilizar a transferência dos recursos gerados no Sul cafeeiro para o Recôncavo açucareiro, com os quais contavam poder prolongar a sua doce agonia, impedindo ao mesmo tempo o desenvolvimento da Bahia. Talvez não tenha sido apenas por uma ironia da História que o ministro da fazenda do go-

verno revolucionário que se opôs energicamente a esse expediente foi o baiano Rui Barbosa, derrotado e excluído em sua terra pelo "poder" açucareiro.

Finalmente, não há como negar a eficácia dessa política conservadora que foi capaz de retardar, pelo menos em meio século, um processo de desenvolvimento de uma economia agrário - exportadora e sua inserção em termos mais favoráveis em uma economia mundial. Não há também como evitar a evidência de que foi na esfera do político, onde se decidiu e de onde emanou a força de conservação de uma economia "naturalmente" condenada.

Um Novo Caminho?

Apesar de toda a preeminência do político, a aplicação dos métodos de uma nova História Política ao estudo das decisões sobre a economia em uma sociedade escravista, por si só não é suficiente para perceber a riqueza dos processos de decisão, incorporando as rebeliões, os levantes e os demais movimentos sociais, justamente porque os grupos ou classes que deles participaram não falaram de dentro da "polis" nem exerceram sua pressão sobre ela através de canais e utilizando uma lin-

guagem formalmente política. Assim, como não recorrer forçosamente a outras disciplinas especializadas da História como a História Social e Cultural para compreender as malhas das articulações entre os grupos sociais, seus interesses, os termos das negociações estabelecidas e mesmo uma moralidade normalizadora dessas relações?

De um novo paradigma da centralidade do político em relação às demais instâncias da sociedade, considerado como local de condensação de relações sociais as mais variadas, decorre a absoluta necessidade de recolocá-lo no interior de uma "totalidade histórica". Para a compreensão de cada uma das grandes políticas pelas quais se operou a reorganização econômica da Bahia no século XIX, como a política da escravidão e a salvação do açúcar, ou mesmo de cada uma das políticas mais particulares voltadas para a ocupação do interior, foi preciso, não somente recompor a teia de relações, agentes e interesses a elas articulados, mas também os cenários específicos em que as decisões foram tomadas.

O estudo do político em economia, que nos impõe a representação da realidade histórica em sua integralidade, coloca-nos pois diante do desafio de reconstruir a "totalidade histórica" como

categoria utilizável pelo historiador, não mais estruturada internamente à la Marx, mas ainda assim "totalidade histórica vivenciada" tal como se fez revelar ao romântico Michelet.

A prática de uma História Política da Economia, necessariamente pluridisciplinar, com uma manifesta ambição totalizante e com a vocação de apreender o político dentro e fora da "polis", pode desempenhar, no interior da História Econômica como disciplina, o papel de antídoto contra uma História extremamente voltada para a construção teórica de modos, modelos, sistemas ou leis, da qual se espera sempre a demonstração de uma lógica interna da realidade em detrimento da realidade social ela mesma: os homens socialmente organizados, que geriram as suas economias e que lutaram por elas ou por causa delas.

Neste esforço de reintegração do "econômico" no fluxo contínuo e ininterrupto da vida no passado, pode-se tomar como ponto de partida o estudo do "político", entendido como um campo alargado de tomada de decisões sociais sobre o "econômico". Guiados por esse fio de Ariadne poderemos percorrer o caminho das negociações, dos conflitos, das lutas das classes, enfim da aventura humana de recriação incessante da vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADA E SILVA, José d'

1825 *Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura.*

Paris, Typographia de Firmin Didot - Impressor d'el Rey, rua Jacob, n° 24.

ACCIOLI, Ignacio .

1919-1931 *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia.*

Anotador: Braz do Amaral. Bahia, Imprensa Oficial do Estado.

ARAÚJO, Ubiratan Castro de

1992. *Le Politique et l'economique dans une société esclavagiste. Bahia, 1820/1889.* Paris: Tese (doutorado) - Universidade de Paris Sorbonne (Paris IV), 1992.

ARISTOTELES.

1990 *Les Politiques.* Paris, Flammarion.

BALMAND, Pascal .

1990 Le renouveau de l'Histoire politique. In: BOURDE, Guy e MARTIN, Hervé . *Les écoles historiques.* Paris, Ed. du Seuil, p.363-389.

BOURDE, Guy e MARTIN, Hervé .

1983 *Les écoles historiques.* Paris, Editions du Seuil, p. 162-163.

CARVALHO, José Murilo de.

1990 *Un théâtre d'ombres. La politique impériale au Brésil.* Paris, Editions de la Maison des Sciences de l'Homme.

DUQUE ESTRADA, Osório .

1918 *A Abolição. Esboço histórico. 1831 - 1888.* Rio de Janeiro, Livraria Editora Leite Ribeiro & Maurillo.

EHRARD, J. e PALMADE, G.

1965 *L'Histoire.* Paris, Armand Colin, 1965. p. 261

MORIN, Edgard .

1981 *Pour sortir du XXe.Siècle*. Paris, Fernand Nathan

POLANYI, Karl.

1980 *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro, Campus.

REIS, João José .

1989 O jogo duro do Dois de Julho: o "Partido Negro" na Independência da Bahia. In: REIS, João José e SILVA, Eduardo . *Negociação e conflito. A resistência negra no Brasil escravista São Paulo*, Companhia das Letras, p. 79-98.

REIS, João José .

1986 *Rebelião Escrava no Brasil*. São Paulo, Brasiliense

REMOND, René .

1988 Du Politique. In: REMOND, René (organizador) *Pour une histoire politique*. Paris, Ed. du Seuil, novembro de p. 379-387.

SAES, Décio.

1985 *Formação do Estado Burguês no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra,

TOURINHO, Maria Antonieta de Campos .

1982 *O Imperial Instituto Bahiano de Agricultura A instrução agrícola e a crise da economia açucareira na segunda metade do século XIX*. Salvador, Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - UFBA, 1982.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho.

1863 *Carta ao Exmo. Ministro da Agricultura, a respeito principalmente de vários melhoramentos nos engenhos de assacar das Antilhas aplicáveis ao Brazil*. Segunda tiragem. Caracas, Imprensa de V. Espinal.

VILAR, Pierre .

1980 *Ouro e Moeda na História. 1450 - 1920*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

NOTAS

- A expressão "quadros particulares de engajamento" foi usada como sinônimo da palavra francesa "enjeu".

- Estas são algumas das principais obras sobre os Alfaiates: Affonso RUI. "A primeira revolução social brasileira." Salvador, Tipografia Beneditina, 1951. Luis Henrique Dias Tavares. "Historia da sedição intentada na Bahia em 1798". São Paulo, Pioneira, 1975. Katia M. de Queiros MATTOSO. "Presença francesa no movimento democrático baiano de 1798". Bahia, Editora Itapuã, 1969. "Bahia 1798: Liberdade, fraternidade, igualdade. Proposta de nova leitura". sl. sd. Istvan JANCOS. "Contradições, tensões e conflitos: a inconfidência baiana de 1798." Tese de Livre Docência. UFF. Rio de Janeiro, 1975. Florivaldo MATTOS. "A comunicação social na Revolução dos Alfaiates". Salvador, UFBA/ Núcleo de Publicações, 1974.

- Foram escolhidas as seguintes paróquias: Pirajá, Matoim, Nossa Senhora do Socorro, Rio Fundo e Nossa Senhora da Purificação.